

The background of the book cover is a vibrant yellow-orange color. It is filled with numerous black silhouettes of people in various poses, suggesting a busy public space or a crowd. The silhouettes are scattered across the entire cover, with some appearing larger and more prominent than others. A large, dark rectangular area is positioned in the upper half of the cover, containing the title and author information in white text.

Relações Sociais  
de Espaço

Homenagem a Jean Remy

Casimiro Balsa (Org.)

CEOS/Inquéritos 4

Edições Colibri

---

CEOS - INVESTIGAÇÕES SOCIOLOGICAS

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

## **TERRITÓRIOS EM MUDANÇA E O ESPAÇO GLOBAL**

### **Questões de Cidadania e de Ambiente**

João Lutas Craveiro \*

Nelson Lourenço \*\*

O texto aborda a questão da gestão dos territórios, numa era em que os riscos sociais e ecológicos se tornam globais. Reflete-se, a propósito, sobre as mudanças demográficas e territoriais de carácter global, os modelos de desenvolvimento e as formas de participação e de intervenção cívicas sob a urgência da *governança*. Os contributos de Jean Rémy são equacionados de encontro a preocupações ambientais apelando-se a uma definição de território como um campo topológico de relações de poder.

*«Les espaces publics, tels les rues et les places, doivent devenir significatifs à l'échelle du piéton. La séquence est construite pour faire image au rythme du déplacement piéton. Le gabarit des espaces favorise un face à face en tenant compte des règles de la proxémique. Cette mise en valeur encourage des déplacements piétons, qui eux-mêmes peuvent revêtir de multiples formes. Le déplacement fonctionnel d'une personne allant rapidement d'un lieu à un autre se compose avec la promenade où l'on accepte d'être spectateur d'événements inattendus. Dans d'autres circonstances, on peut prendre du temps à la découverte et la flânerie».*

**Jean Rémy,**  
intervenção datada de Março de 2001.

#### **1. Territórios em mudança, e as escalas do humano e da natureza**

As mudanças territoriais, assinaladas na expansão do urbano e nas densidades metropolitanas, têm acentuado as discussões sobre a escala inumana das cidades e o gigantismo das suas periferias. Estas discussões parecem aprisionar as mudanças a uma apreciação negativa. Argumenta-se, assim, pela perda das redes de sociabilidade e de

---

\* Assistente de Investigação do Núcleo de Ecologia Social do Departamento de Edifícios do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Docente das disciplinas de Sociologia do Ambiente e de Sociologia do Território da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

\*\* Reitor da Universidade Atlântica e Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

solidariedade dimensionadas na escala pedonal, escala que configurava nas cidades pré-modernas as identidades sociais e os percursos essenciais do quotidiano. Com efeito, a escala pedonal dos antigos espaços urbanos encontrava-se, tradicionalmente, associada à sedentarização e ao privilégio do encontro face a face (RÉMY, 2001), como base física estruturadora das identidades e dos lugares de pertença. Contudo, o espaço constitui-se hoje como mais uma categoria integradora e participada por uma grande densidade de situações social e emocionalmente diversas, salientando-se a importância, para além do espaço físico em si, dos actores sociais que o utilizam e das redes sociais que resultam das suas interacções (RÉMY e VOYÉ, 1991). As redes sociais, de dimensões múltiplas encadeadas, comprimem o mundo a um só espaço global. O espaço global [resultado da globalização] representa, pois, uma compressão extraordinária da geografia e da história que conforma a humanidade a um destino e a um planeta comuns, ainda que a inflamação dos riscos produzidos provoque a incerteza do porvir e da própria sobrevivência da humanidade (BECK, 1992).

Alguns teóricos defendem mesmo que sob o registo da globalização e da dilatação da influência das novas tecnologias, com particular relevo para as tecnologias da comunicação e da supervisão planetária, o espaço é *aniquilado* na sua probabilidade de recrutar ou de representar o custo da distância. Deste modo, a globalização (embora a expressão traduza a inflação do espaço até ao seu limite planetário) também é compreendida como a *compressão do tempo que aniquila o espaço* (HARVEY, cit. por WATERS, 2002: 55). No entanto, o custo da distância identifica-se bem em outros fenómenos e constitui uma variável determinante para algumas possibilidades de *deslocação*. Basta distinguir, por exemplo, a velocidade das transacções de informação das possibilidades de deslocação física das pessoas<sup>1</sup>. Estas continuam, em grande número, a produzir a sua biografia no domínio das malhas urbanas que emanciparam o local de trabalho do local de residência (uma das características da modernidade industrial). Esta emancipação não significa a alienação do espaço nem a sua superação, traduzindo antes o adensar das infra-estruturas num *continuum* humanamente

---

<sup>1</sup> No âmbito das redes de mobilidade podemos certamente verificar ritmos diferentes para os fluxos das massas monetárias, dos produtos ou das pessoas, diferenciando-se ainda os fluxos das pessoas, nas suas possibilidades de recepção e de deslocação, entre os movimentos de turistas, de refugiados ou de migrantes – movimentos que encontram facilidades ou bloqueios territoriais de natureza muito diferente.

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

frequentado que facilita o ordenamento político e funcional dos espaços num mundo urbanizado (RÉMY, *op. cit.*: 2001). O espaço pode, na sua essência, ser mesmo concebido como um quadro funcional, isto é, como o resultado de intervenções que visam responder a necessidades pretensamente válidas em toda a parte (FISCHER, 1994: 37). Neste sentido, a globalização pode significar a homogeneização dos processos de mudança social sob a compressão da humanidade a um só mundo e destino comuns.

De qualquer forma, a discussão sobre a superação do espaço sob o seu escalonamento global e a *pressão do tempo*, ou a eleição do espaço como um elemento autónomo e explicativo da organização social recolocam a questão do próprio estatuto do espaço na análise social (SILVANO, 2001: 55, a propósito de Rémy e Voyé). Mesmo considerando que a globalização, sob a multiplicação dos riscos sociais e ambientais, solicita uma gestão global a favor da pacificação dos territórios nacionais e do bem-estar da humanidade é a dimensão do espaço que se assume como determinante para a reorganização das instâncias da regulação política. Em que medida a globalização, na sua inflação de espaço que obriga a uma reapreciação dos fenómenos a uma escala planetária, traduz o definhamento dos poderes e das identidades territoriais? Esta questão é tanto mais premente atendendo a que o espaço, vivido e frequentado quotidianamente, é estruturado com base nas relações de proximidade e de distância físicas, independentemente das relações afectivas e da co-identificação social – o gueto não traduz outra coisa que uma proximidade física indesejada, acompanhada por uma vontade de distanciamento social, evidenciando nos espaços urbanos esse *jogo das proximidades e das distâncias* (GRAFMEYER, 1995: 101). A concepção do espaço não pode, assim, autorizar que se considere este como uma mera «*superfície de registo perfeitamente neutra, uma espécie de desdobragem material da vida social. Na própria medida em que ele é o produto, o espaço faz parte integrante desta vida social*». (GRAFMEYER, *op. cit.*: 32). Durkheim designaria por morfológicos os factos sociais com traduções estáveis inscritas sobre o espaço. Há, assim, que considerar uma relação funcional com o espaço, no sentido em que este é em simultâneo uma entidade física e também social(izada), *classificada* e valorizada no âmbito das relações sociais. O espaço preenchido por relações sociais transforma-se num espaço social onde o domínio

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

das identidades se prende com os processos da mobilidade. Aqui reside a novidade da análise de Jean Rémy, elegendo a mobilidade como a componente funcional e essencial da organização dos espaços, físicos e sociais, privilegiando esta componente por sobre as componentes clássicas da sociologia urbana: o volume, a densidade e a heterogeneidade social. Rémy valoriza a mobilidade física reflectindo, a seu propósito, na necessidade de redimensionar a cidade a uma escala humana de interconhecimento reinventando o sentimento de pertença na relação com o *sítio*.

A cidade é, sem dúvida e também, a sua forma física, e se esta forma física se encontra alterada pela modernidade industrial a cidade deve continuar a facilitar a densidade das interacções e uma *multiplicação de encontros semi-aleatórios* possibilitada pela estrutura dos espaços públicos (RÉMY, 2001). O privilégio da cidade e dos meios urbanos parece, pois, ser favorecido num momento em que a inflação do espaço pelos fenómenos da globalização (económica, social, ambiental...) liberta a territorialidade da estrita dependência da soberania dos Estados-Nação (WATERS, 2002). As identidades sociais carecem dos seus respectivos conteúdos simbólicos e estes tanto localizam como globalizam, mas dificilmente se limitam a uma expressão nacionalizada<sup>2</sup>. Os novos guiões emancipatórios da humanidade até se dirigem para uma cidadania global que trespassa as dimensões territoriais dos Estados-Nação.

A noção de território, cuja derivação etimológica deriva do Latim *territorium* com o mesmo significado, encontra-se geralmente associada ao exercício de uma autoridade política com o recurso da coacção<sup>3</sup> (privilegiadamente o Estado-Nação, na era moderna). É esta noção que se encontra parcialmente ultrapassada pela irrupção das formas de intervenção cívica, no registo comprometido com os direitos humanos e a defesa da biodiversidade. O direito de ingerência só pode entender-se numa escala globalizada, apesar da sua aplicação localizada, traduzindo-se pelo direito a agir em *território alheio* em nome de princípios universais. A própria evolução do direito de ingerência traduz a multiplicação das possibilidades de intervenção, independentemente

---

<sup>2</sup> Em último recurso, depois da modernidade ter separado o Estado da religião, assistimos agora à separação entre o Estado e a *Nação*.

<sup>3</sup> A expressão deriva de *territorium*, directamente do Latim. Há autores que preferem uma outra (?) derivação, do verbo *terreo*, *territo*, de intimidar, causar medo, receio (CORRÊA, 1994: 251/256).

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

das circunscrições territoriais políticas fazendo incluir, para além da gestão da segurança militar e dos direitos humanos, as questões ambientais sob o particular relevo das monitorizações científicas do dolo ecossistémico (YEARLEY, 1996).

Com efeito, a gestão dos recursos naturais e das ameaças ambientais associadas à escassez ou ao risco produzido pela densidade ou pelas características das infra-estruturas obrigam, cada vez mais, a um compromisso assumido à escala do espaço global. A urbanização e a intensidade das drenagens dos recursos naturais a favor das populações urbanas (cujo aumento faz supor que, muito em breve, a maioria da humanidade resida em espaços urbanos, obviamente observando-se diferenças significativas entre os países mais desenvolvidos e os *subdesenvolvidos*, por critérios de cobertura dos sistemas de saneamento básico e de condições de vida<sup>4</sup>) obrigam a equacionar as utilizações da natureza e as formas de uso e de ocupação do solo como questões que devem ultrapassar a escala decisória, e mesmo os direitos de soberania, dos Estados-Nação (MACNAGHTEN e URRY, 1999: 266/277).

---

<sup>4</sup> O último Relatório sobre o Desenvolvimento Urbano (2004) prevê que já em 2015 praticamente metade da população mundial resida em centros urbanos.

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

*«Passando o rio a vau, atravessando a passagem, o homem encontra-se de repente diante da cidade de Moriana, com as portas de alabastro transparentes à luz do sol, as colunas de coral que sustentam os frontões em serpentina, os palácios todos de vidro como aquários onde nadam as sombras das bailarinas de escamas prateadas sob os candelabros em forma de medusa. Se não for a primeira viagem o homem sabe já que as cidades como esta têm um reverso: basta percorrer um semicírculo e ter-se-á à vista a face oculta de Moriana, uma extensão de chapa enferrujada, sarapinheira, tábuas cheias de pregos, canos negros de fuligem, montões de latas, muros cobertos com escritas meio apagadas, fundos de cadeira desempalhadas, cordas que só servem para alguém se enforcar numa trave apodrecida».*

**Italo Calvino,**  
in As Cidades Invisíveis.

## **2. A protecção da natureza, os modelos de desenvolvimento e a gestão participada**

As questões ambientais têm acentuado, sobre os espaços urbanos, distinguidos pela densidade e a mobilidade humanas, uma nova valência de participação cívica e de regulação do interesse público que se traduz na emergência das políticas de ambiente e de ordenamento do território. Se bem que estas políticas sejam configuradas com base na intervenção do Estado-Nação, cuja legitimidade advém precisamente da representação do interesse público (SOROMENHO-MARQUES, 1996), a internacionalização das questões ambientais e das possibilidades de participação cívica têm obrigado a uma discussão pública das políticas arregimentada nos direitos de participação generalizada e no livre acesso à informação (LOPES e GASPAR, 1993). O exercício destes direitos tem sido favorecido ao abrigo de novas disposições constitucionais, mas também como resultado de novas jurisprudências supra-nacionais e da adopção de tratados internacionais sobre a matéria<sup>5</sup> (ROCHA, 2000, RUIVO, 2003). O que está em causa, mais do que a soberania dos Estados, é uma ordem tradicional e vestefaliana que, também a propósito das questões ambientais, obriga a um redireccionamento do próprio Estado que a literatura especializada tem consagrado na

---

<sup>5</sup> Com destaque, para o espaço europeu, da Convenção de Aarhus (1998) e da Directiva 2003/4/EC sobre o acesso à informação de carácter ambiental. (Sobre a jurisprudência europeia, e os respectivos casos estruturadores, consulte-se ROCHA, op. cit.: 251/310).

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

diferença entre o governo e a *governança* [governance] (PUREZA, 2001: 241). A *governança* diz respeito, ao nível das questões que se globalizam como as questões ambientais e da segurança, entre outras, à capacidade de governar (sem autoridade soberana) as relações que transcendem as fronteiras nacionais e que se legitimam na partilha de valores sem o concurso obrigatório dos poderes políticos. Em último recurso, a *governança dispensa o governo* e expõe a arbitrariedade das fronteiras estatais ou traçadas pela força da política e das autoridades nacionais<sup>6</sup>.

O próprio conceito de *desenvolvimento sustentável*, tão constitucionalizado como internacionalmente consagrado e que se traduz na preservação da qualidade de vida entendida à escala do planeta e sob tempos geracionais sem limite, requer a discriminação das questões ambientais por dimensões que privilegiam a equidade social, a segurança dos ambientes construídos e humanizados, e a renovação e a protecção dos recursos naturais. Deste modo, questiona-se um modelo de desenvolvimento ocidental, que monopolizou as promessas da modernidade, e que assentava na industrialização e na urbanização promovida por modos de produção e de consumo que externalizavam os impactes ambientais. A *sustentabilidade*, associada ao *desenvolvimento*, tem que traduzir-se também numa escala humana de vivências urbanas e de relação com os *hinterlands* que respeite a capacidade de carga dos sistemas ambientais<sup>7</sup>. Deste modo, falar-se de *desenvolvimento sustentável* não significa a reprodução de um *oxymoron* (PAELKE, cit. por LOURENÇO, 2001), mas a discussão de um modelo de desenvolvimento alternativo que concilie as necessidades humanas com a protecção da natureza, mesmo com o prejuízo da não difusibilidade do modo de vida ocidental: «*the concept of sustainable development can not avoid the inherent ambiguity of the term development that means a model of society, i.e., the generalization of the patterns of society built by the western countries*» (LOURENÇO, op. cit., 3).

---

<sup>6</sup> Pode-se recorrer à metáfora de que todas as fronteiras nacionais foram desenhadas pela violência e traçadas pelo sangue. Os hinos nacionais ainda apelam, muitas vezes, ao ódio ao estrangeiro e à defesa dos territórios nacionais mesmo com o sacrifício das vidas pessoais. Trespagam pelos tempos outros cânticos xenófobos, sem que daí se retirem a sua beleza e o significado epocal como no trecho vitorioso de Verdi in Aida.

<sup>7</sup> Pode entender-se por sistema ambiental o conjunto dos recursos naturais e das suas dependências em termos de quantidade e de qualidade disponíveis para a humanidade: inclui obviamente esses recursos, como o ar, e as utilizações do solo e da água, mas também os utilizadores (BAPTISTA, 2003: 341).

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

A questão do *desenvolvimento sustentável* torna-se, assim, vital para a sobrevivência dos próprios ambientes urbanos que reúnem as maiores densidades da história da humanidade: se em meados do século passado apenas uma cidade (Nova Iorque) acumulava mais de dez milhões de habitantes, na viragem para o novo século já existiam dezanove áreas metropolitanas com tal dimensão, e por volta de 2015, atendendo aos ritmos de crescimento e de concentração da população urbana mundial, mais de vinte áreas terão atingido e ultrapassado (algumas largamente) este patamar. A gestão das cidades e das suas massas territoriais de construção urbana contígua colocam, assim, importantes dilemas na relação entre os recursos naturais (drenagem e tratamento de água para consumo humano, produção de energia, etc.) e o aprovisionamento dos próprios sistemas urbanos. A ecologia, que transporta o sinal negativo da modernidade (GIDDENS, 1997: 177/202), transforma-se no elemento-chave da reestruturação dos sistemas urbanos: neste domínio, a proposta de Jean Rémy adquire uma mais-valia a ter em conta atendendo às necessidades de uma gestão integrada dos territórios, equacionando os efeitos de sinergia que devem ser antecipados na construção e na exploração das infra-estruturas, nomeadamente sob a promoção dos equipamentos colectivos (RÉMY, *op. cit.*: 2001: 11) e na oportunidade de uma *governança* que recrie as identidades vinculadas aos territórios ordenados para a eleição do convívio e da amenidade ambiental. Porque, como refere Rémy (*op. cit.*: 15), a essência dos sistemas urbanos não é outra que a cristalizada pelos sistemas de relações sociais.

A *cidade visível* e a *cidade invisível* devem coexistir sem a agressão da exclusão social e dos danos ambientais. Esta coexistência requer a gestão dos territórios urbanos numa forma que considere as *posições* e as *acessibilidades* dos aglomerados urbanos de modo a evitar os desequilíbrios provocados pelos pólos funcionais na relação com periferias e áreas-dormitório. A escala do *sítio* (a este propósito consulte-se ainda MEDEIROS, 2000: 239)<sup>8</sup> é, assim, a escala privilegiada da restauração do humano e da preservação das memórias colectivas, mas também a da integração das áreas verdes e dos

---

<sup>8</sup> É curiosa a posição aqui reproduzida de Orlando Ribeiro sobre o elogio da memória e da antiguidade dos lugares nas suas particularidades de terem servido a defesa dos territórios: «*haverá poucos países com tantas cidades e vilas alcandoradas como Portugal*». Em lugar próprio, o geógrafo enfatiza a rede urbana tão densa e antiga no Algarve *como em nenhuma outra região portuguesa* (RIBEIRO, 1998: 163)

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

equipamentos colectivos, sem o prejuízo da discussão das políticas urbanas em escalas de transacção regionais (por exemplo, as Juntas Metropolitanas ensaiam ainda, em Portugal, os primeiros passos, mas a organização dos sistemas de saneamento básico e dos transportes, entre outras dimensões materiais de suporte à vida colectiva, tem que ser equacionada numa escala supra-municipal).

Existem, para o caso português, propostas interessantes para que se reconsiderarem as redes de cidade e as suas configurações territoriais (COSTA LOBO, 2003: 369/397), quer os sistemas de transportes e as acessibilidades (NUNES DA SILVA, 2003: 399/457) ou as relações com os *hinterlands* e as classificações, *necessariamente políticas* (como salienta Sidónio Pardal), dos usos do solo (PARDAL, 2002). Particularmente Sidónio Pardal põe em causa um ordenamento do território que é promotor da fragmentação do espaço entre as áreas urbanizadas e as áreas de natureza protegida, praticamente alienadas por uma gestão entendida como negligente no nosso país. Esta gestão não leva em consideração a *escala humana* que Jean Rémy elege e que deve orientar o ordenamento do urbano, mas também dos lugares tradicionalmente *não-urbanos* (trata-se, afinal, de equacionar de forma pública e participada os usos do solo e a localização das funções): «*o povoamento em espaços rústicos, a melhoria do sector agrícola, a conservação da diversidade biológica e a gestão dos recursos hídricos e pedológicos são assuntos merecedores da maior atenção e cuidado, cujo tratamento não encontra qualquer eco nem prescrições válidas [...]*» na formação das reservas agrícola e ecológica nacionais (PARDAL, *op. cit.*: 90).

A amenidade ambiental e uma boa gestão integrada e participada dos territórios, a propósito das suas classificações (sempre políticas), dos usos do solo e da admissibilidade dos processos de utilização dos recursos naturais, constituem elementos estruturadores da distinção identitária que não podem reduzir-se mais à alienação da natureza entregue a gestores distantes ou geocráticos nem à mera produção de uma *natureza construída* para a evasão turística ou a programação dos lazeres (THOMAS, 1994: 61). Cabe aqui a prudência sociológica de se olhar para os territórios como um campo topológico de relações de poder onde se jogam os usos do solo e as avaliações dos impactes, as competências e os interesses dos actores, mas também a tensão entre a tradição e a mudança, o governo e a *governança*. Não se pretende, obviamente,

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

transferir a leitura de Jean Rémy para o terreno da (nossa) política ecológica, mas tão só contribuir para uma melhor discussão sobre a escala humana dos territórios que, mais que o espelho da sociedade, constituem o substrato biofísico que facilita a presença e a perenidade do ser humano.

Craveiro, João Lutas; Lourenço, Nelson (2006). Os Territórios em Mudança e o Espaço Global: Questões de Cidadania e de Ambiente. in Balsa, C. (org.) Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Rémy (pp. 83-91). Lisboa: Ed. Colibri e Instituto de Investigações Sociológicas - CEOS

#### Bibliografia referida:

- BAPTISTA, J., Uma estratégia sustentável, in Reformar Portugal, 17 estratégias de mudança, Oficina do Livro, Lisboa, 2003: 341/361.
- BECK, U., Risk Society, Sage, Londn, 1992.
- CORRÊA, R., Território e Cooperação, um exemplo, in Globalização e Fragmentação, Hucitea, São Paulo, 1994: 251/256.
- COSTA LOBO, M., Cidades e Regiões, in Reformar Portugal, 17 estratégias de mudança, Oficina do Livro, Lisboa, 2003: 369/397.
- FISCHER, Gustave-N., Psicologia Social do Ambiente, Instituto Piaget, Lisboa, 1994.
- GIDDENS, A., Para Além da Esquerda e da Direita, Celta, Oeiras, 1997.
- GRAFMEYER, Y., Sociologia urbana, Europa-América, Mem Martins, 1995.
- LOURENÇO, N., Equity, Human Security and Environment: key elements of Sustainable Development, Fondazione ENI Enrico Mattei Conference, Venice, 10<sup>th</sup> April, 2001.
- MACNAGHTEN, P., e URRY, J., Contested Natures, Sage, London, 1999 [reimpressão da primeira edição de 1998].
- MEDEIROS, C., Geografia de Portugal, Ambiente Natural e Ocupação Humana, uma introdução, Editorial Estampa, Lisboa, 2000. [5<sup>a</sup> edição].
- NUNES DA SILVA, F., Transportes e Acessibilidades, in Reformar Portugal, 17 estratégias de mudança, Oficina do Livro, Lisboa, 2003: 399/457.
- PARDAL, S., Planeamento do Espaço Rústico, ADISA e CESUR, Lisboa, 2002.
- PUREZA, M., Para um internacionalismo pós-vestefaliano, in Globalização, fatalidade ou utopia?, Afrontamento, Porto, 2001: 233/254.
- REMY, J., e VOYÉ, L., Ville, ordre et violence. Formes spatiales et transaction sociale, PUF. Col. Espace et Liberté, Paris, 1991.
- REMY, J., Ville visible, ville invisible: un réseau aréolaire? in Les Mobilites contemporaines, L'Harmattan, Paris, 2001. [consultada versão para edição].
- RIBEIRO, O., Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Sá da Costa, porto, 1998. [7<sup>a</sup> edição].
- ROCHA, M., A avaliação de impacto ambiental como princípio do direito do ambiente nos quadros internacional e europeu, Publicações Universidade Católica, Porto, 2000.
- RUIVO, M., Reflexão sobre o Acesso à Informação, a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça, Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Edição patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003. [apresentação pública de Setembro de 2003].
- SILVANO, F., Antropologia do Espaço, Celta, Oeiras, 2001.
- SOROMENHO-MARQUES, V., A Era da Cidadania, Publicações Europa-América, mem Martins, 1996.
- THOMAS, T., A Ecologia do Absurdo, Edições Dinossauro, Lisboa. 1994.
- WATERS, M., Globalização, Celta, Oeiras, 2002.
- YEARLEY, S., Sociology, Environmentalism, Globalization, Sage, London, 1996.